DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

www.pwc.com.br

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e relatório do auditor independente

pwc

DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e ao Conselho Diretor
PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa Demonstração do Valor Adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., Rua dos Inconfidentes, 911, 17º e 18º, Soinco Business Center, Belo Horizonte, MG, Brasil, 30140-128
T: 4004-8000, www.pwc.com.br

DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar

DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 13 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Assinado por: GUILHERME CAMPOS E SILVA:71411496604
CPF: 71411496604
Hora de assinatura: 13 April 2023 | 11:59 BRT
ICP Brasil

Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1

DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	2022	2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Notas 6)	109	55	Fornecedores	266	155
Aplicações Financeiras (Nota 6)	5.853	3.954	Obrigações fiscais e trabalhistas (Nota 11)	942	749
Adiantamentos (Nota 7)	146	92	Convênios e parcerias (Nota 12)	4.774	2.844
Demais contas a receber (Nota 8)	57	131	Receita diferida (Nota 13)	246	232
			Demais contas a pagar	50	15
	6.165	4.232		6.278	3.995
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Receita diferida (Nota 13)	5.185	5.325
Depósitos judiciais (Nota 18)	237	176	Provisão para contingências (Nota 18)	555	511
			Partes relacionadas (Nota 14)	824	1.061
Propriedades para investimento (Nota 9)	44.347	39.974			
Imobilizado (Nota 10)	23.537	25.368		6.564	6.897
	68.121	65.518	Total do passivo	12.842	10.892
			Patrimônio líquido (Nota 15)		
			Patrimônio social	55.821	51.955
			Ajuste de avaliação patrimonial	5.623	6.903
				61.444	58.858
Total do ativo	74.286	69.750	**Total do passivo e do patrimônio líquido**	74.286	69.750

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2022	2021
Receita das atividades de assistência social		
Convênios programas sociais (Nota 12)	6.380	4.822
Serviços de atendimento ao idoso de longa permanência	190	170
Doações (Nota 16)	3.993	3.334
Receita líquida das atividades de assistência social	10.563	8.326
Custo dos serviços de assistência social gratuitos (Nota 19)	(9.316)	(6.839)
Superávit operacional bruto	1.247	1.487
Outras receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas (Nota 19)	(2.468)	(1.609)
Variação valor justo das propriedades para investimento (Nota 9)	4.185	6.395
Outras despesas operacionais (Nota 19)	(1.925)	(94)
Outras receitas operacionais (Nota 20)	1.494	251
Superávit operacional	2.533	6.430
Despesas financeiras (Nota 21)	(34)	(30)
Receitas financeiras (Nota 21)	87	21
Resultado financeiro	53	(9)
Superávit do exercício	2.586	6.421

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2022	2021
Superávit do exercício	2.586	6.421
Total do resultado abrangente do exercício	2.586	6.421

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Patrimônio social	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Em 31 de dezembro de 2020	45.450	6.987	52.437
Superávit do exercício	6.421		6.421
Realização parcial de ajuste de avaliação patrimonial (Nota 15)	84	(84)	
Em 31 de dezembro de 2021	51.955	6.903	58.858
Superávit do exercício	2.586		2.586
Realização parcial de ajuste de avaliação patrimonial (Nota 15)	1.280	(1.280)	
Em 31 de dezembro de 2022	55.821	5.623	61.444

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (Déficit) do exercício	2.586	6.421
Ajustes de:		
Depreciação e amortização	738	671
Baixa de ativo imobilizado	1	3
Variação valor justo das propriedades para investimento	(4.185)	(6.395)
Realização receita diferida	(262)	(286)
Doação recebida de propriedade para investimento		(159)
Resultado na permuta de imóveis (Nota 9, "i")	1.882	
Venda de imóvel para empreendimento imobiliário (Nota 9, "ii")	(872)	
Rendimento de aplicações financeiras (Nota 21)	(86)	(20)
Provisão para contingências	44	94
Variações nos ativos e passivos		
Adiantamentos	(54)	15
Depósitos judiciais	(61)	11
Demais contas a receber	74	85
Fornecedores	111	(45)
Obrigações fiscais e trabalhistas	193	135
Convênios e parcerias	1.511	1.822
Contingências pagas		(38)
Demais contas e despesas a pagar	35	5
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.655	2.319
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(207)	(39)
Resgates de aplicações financeiras	7.948	5.817
Aportes em aplicações financeiras	(9.342)	(8.106)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.601)	(2.328)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	54	(9)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	55	64
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	109	55
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	54	(9)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2022	2021
Receitas		
Convênios e parcerias	6.380	4.822
Serviços de atendimento ao idoso de longa permanência	190	170
Variação valor justo das propriedades para investimento	4.185	6.395
Outras receitas	552	191
	11.307	11.578
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(4.281)	(1.983)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11)	
Provisão para contingência	(44)	(94)
Valor adicionado bruto	6.971	9.501
Depreciação e amortização	(738)	(671)
Valor adicionado líquido produzido pela Associação	6.233	8.830
Valor adicionado recebido em transferência		
Aluguéis	70	60
Doações	3.993	3.334
Receitas financeiras	87	21
Valor adicionado total a distribuir	10.383	12.245
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Salários e encargos	7.657	5.716
Impostos, taxas e contribuições		
Federal	9	
Estaduais	4	1
Municipais	34	23
Financiadores		
Juros	34	30
Aluguéis	59	54
Superávit do exercício	2.586	6.421
Valor adicionado distribuído	10.383	12.245

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

1 Contexto operacional

A PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana, anteriormente denominada Providência Nossa Senhora da Conceição, ("Associação" ou "PROVIDENS"), CNPJ 17.272.998/0001-86, é uma associação civil, sem fins lucrativos, beneficente de assistência social, que atua em obras sociais na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Os programas desenvolvidos pela Associação são integralmente gratuitos e tem como público alvo a família, crianças, adolescentes, moradores de rua, idosos entre outros, em situação de vulnerabilidade social. Todos os recursos arrecadados pela associação, bem como seu patrimônio são utilizados para atingir suas finalidades. O resumo do trabalho social e os valores aplicados estão descritos na Nota 17.

A Associação possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, com validade até 31 de dezembro de 2023 conforme Portaria da Secretaria Nacional de Assistência Social nº 132 de 20 de outubro de 2021.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela administração em 13 de abril de 2023.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), associadas aos aspectos contábeis específicos relacionados a entidades sem fins lucrativos, conforme resolução de número 1.409/12, do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a norma ITG 2002 – "Entidade sem finalidade de lucros" e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizada pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de determinados ativos e passivos financeiros, propriedades para investimentos, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo e ajustadas para refletir o "custo atribuído" do ativo imobilizado na data de transição para os CPCs e o valor justo das propriedades para investimentos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, entretanto, apesar de não estar obrigada, a Entidade optou pela apresentação dessa demonstração como informação suplementar. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

(b) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 – "*Presentation of financial statements"*, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current"*, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

  Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

  A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- **Alteração ao IAS 1 e *IFRS Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "*IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

- **Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

- **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Associação são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, sua moeda de apresentação.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.4 Instrumentos financeiros

A Associação classifica seus ativos financeiros sob a categoria de mensurados ao custo amortizado e mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Ativos financeiras mensurados ao custo amortizado são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos do principal e de juros. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. Eventuais perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Associação se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Associação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

No reconhecimento inicial, a Associação mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Associação incluem Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, contas a receber e depósitos judiciais (vide Nota 5).

DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

2.5 Demais Contas a receber

As demais contas a receber correspondem à prestação de serviço e dos aluguéis. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As demais contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*").

2.6 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são constituídas por imóveis não destinados a uso nas operações da Associação ou para finalidades administrativas. Compreende terrenos e edifícios mantidos para valorização do capital e renda de aluguel. São inicialmente mensuradas ao custo, ou seja, seu preço de compra, custo de transação e qualquer outro dispêndio diretamente atribuível. A Associação adota como critério de mensuração subsequente o valor justo.

O valor justo reflete as condições e valores de mercado dos ativos na data do balanço e é avaliado por profissionais externos independentes. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando for permanentemente retirada de uso e não se esperar nenhum benefício econômico da sua alienação.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

2.7 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, unidades de atendimento social mantidas pela Associação.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído em 1º de janeiro de 2009, data de transição para os CPCs.

Terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada como segue:

	Vida útil anos
Edificações	16 a 36
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	4 a 20
Moveis e utensílios	9
Equipamentos de informática	5
Veículos, aparelhos, equipamentos e outros	3 a 10

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado do exercício em outras receitas e despesas operacionais.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que o seu valor recuperável estimado.

DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais melhorias e/ou recuperações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Associação. As principais melhorias e/ou recuperações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados anualmente, se apropriado.

2.8 Demais ativos

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, deduzidos de provisão para refletir o valor de realização, quando necessária.

2.9 *Impairment* de ativos não financeiros

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

Não há evidências, nem eventos ou ocorrência de circunstâncias que indicassem ou indiquem que o valor contábil dos ativos exceda seu valor recuperável, seja pela venda, que não é prática da Associação, seja pela geração de benefícios econômicos futuros para a Associação.

2.10 Convênios e parcerias

As entradas e saídas de recursos destinadas à execução de instrumentos de convênios e parcerias são registradas em contas individuais do ativo e do passivo e em contrapartida das contas de resultado, respeitando o regime contábil de competência e os requisitos de reconhecimento em consonância com o CPC 07 - "Subvenção e Assistência Governamentais" e ITG 2002 – "Entidade sem Finalidade de Lucros" (Nota 12).

2.11 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.12 Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.13 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços em instituição de longa permanecia para idosos, aluguéis de imóveis, convênios e parcerias e doações no curso normal das atividades da Associação.

A receita é reconhecida quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Associação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

A receita de convênios e parcerias é reconhecida pelo regime contábil da competência em confronto com as respectivas despesas (Nota 2.10), a receita de aluguéis é reconhecida de acordo com o prazo de locação nos meses de competência, a receita de serviços é reconhecida ao longo do tempo no mês da prestação de serviços, as doações na medida em que são atendidos os critérios de reconhecimento no resultado conforme descrito na Nota 2.14.

2.14 Doações

As doações recebidas para custeio são contabilizadas em contas de receita, na medida em que são atendidos os requisitos de reconhecimento no resultado. As doações patrimoniais são contabilizadas como receita diferida no passivo circulante e não circulante, em consonância com o CPC 07 - "Subvenção e Assistência Governamentais" e ITG 2002 – "Entidade sem Finalidade de Lucros". Na medida em que são atendidos os critérios de reconhecimento no resultado, pela depreciação dos bens, a receita é reconhecida e o passivo baixado (Nota 16).

2.15 Programas sociais - gratuidades

Os custos dos programas sociais gratuitos são registrados como despesas pelo seu valor efetivo, ou seja, pelos gastos incorridos na manutenção do programa, com suporte de documentação hábil. Os valores das gratuidades estão evidenciados na Nota 17.

2.16 Apuração do superávit (déficit)

O superávit (déficit) é apurado pelo regime contábil de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias a índices e taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos.

3 Principais estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Associação faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada em função das perdas esperadas. A administração acredita que a provisão reflete adequadamente a expectativa de perda.

(b) Vida útil do ativo imobilizado e intangível

A depreciação do ativo imobilizado, bem como das amortizações de intangíveis são calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada na avaliação de profissionais da Associação e consultores externos, as quais são revisadas regularmente. A administração acredita que a vida útil está estimada adequadamente.

DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

(c) Provisões para contingências

Como descrito na Nota 18, a Associação é parte em processos judiciais cíveis, trabalhistas e tributários. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos da Associação. A administração acredita que essas contingências estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(d) Valor justo das propriedades para investimento

O valor justo das propriedades para investimento reflete as condições de mercado na data do balanço e é avaliado por profissionais externos. Os avaliadores utilizam preços observáveis no mercado pelo método comparativo, ajustados, se necessário, à natureza, à localização ou às condições do ativo específico. A administração acredita que os valores estão estimados e apresentados adequadamente.

4 Gestão de risco financeiro

Os instrumentos financeiros da Associação encontram-se integralmente registrados em contas patrimoniais. São constituídos principalmente por aplicações financeiras de recursos originados de convênios e parcerias para aplicação em projetos específicos como evidenciado na Nota 12. Por determinação contratual, enquanto não utilizados esses recursos devem permanecer aplicados em instrumentos de liquidez imediata de baixo risco como poupança e renda fixa.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao custo amortizado		Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	109	55		
Aplicações financeiras (Nota 6)			5.853	3.954
Contas a receber, líquida de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	13	14		
Depósitos judiciais (Nota 18)	237	176		
	359	245	5.853	3.954

	Custo amortizado	
	2022	**2021**
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores	266	155
Convênios e parcerias (Nota 12)	4.774	2.844
Partes relacionadas (Nota 14)	824	1.061
Demais contas a pagar	50	15
	5.914	4.075

DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

6 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

(i) Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Recursos livres		
Bancos	14	52
Recursos vinculados a convênios e parcerias		
Bancos	95	3
	109	55

(ii) Aplicações financeiras

	2022	2021
Recursos livres		
Certificado de deposito bancário – CDB (i)	210	119
Fundos de investimentos (i)	344	245
	554	364
Recursos vinculados a convênios e parcerias		
Certificado de deposito bancário - CDB (i)	9	43
Fundos de investimentos (i)	5.290	3.547
	5.299	3.590
	5.853	3.954

(i) Os fundos de investimento em renda fixa, remunerados em 2022 à taxa média de 9,47% ao ano (2021- 2,90 %). O Certificado de Depósito Bancário foi remunerado a taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (2021 - 99% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI).

Movimentação do saldo	2022	2021
Saldo inicial	3.954	1.565
Aplicação	9.342	8.106
Resgate	(7.948)	(5.817)
Rendimento de aplicações com recursos livres	86	20
Rendimento de aplicações recursos vinculados a convênios	419	80
	5.853	3.954

7 Adiantamentos

	2022	2021
Adiantamento de férias	114	63
Adiantamento de salários	26	24
Outros	6	5
	146	92

DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

8 Demais contas a receber

	2022	2021
Contas a receber (i)	40	30
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (ii)	(27)	(16)
Despesa antecipada (iii)	44	34
Crédito tributário (iv)		83
	57	131

(i) Contas a receber de aluguel de imóveis no montante de R$ 39 (2021 – R$ 28) e pela prestação de serviços em Instituição de Longa Permanência para Idosos no montante de R$ 1 (2021 – R$ 2).

(ii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada em função das perdas esperadas e considera os títulos vencidos há mais de 6 meses.

(iii) Pagamento antecipado de compra de vales transportes e férias antecipadas para empregados no montante de R$ 29 (2021 – R$26) e contratação de seguros no valor de R$ 15 (2021 -R$ 8).

(iv) Saldo a compensar decorrente de crédito de recolhimento indevido da contribuição para o PIS incidente sobre a folha de pagamento. A Associação obteve êxito em ação judicial questionando o recolhimento da contribuição e teve habilitado o crédito do recolhimento indevido do período de julho de 2009 a agosto de 2014, que será compensado mensalmente com os tributos a pagar administrados pela Receita Federal.

9 Propriedades para investimento

	Terrenos	Edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2021			
Saldo inicial	30.169	3.251	33.420
Doações recebidas (Nota 16)		159	159
Ajuste ao valor justo	4.527	1.868	6.395
Saldo contábil final	34.696	5.278	39.974
Em 31 de dezembro de 2022			
Saldo inicial	34.696	5.278	39.974
Baixas (i)	(381)	(303)	(684)
Adições (ii)	14.428		14.428
Baixas (ii)	(13.556)		(13.556)
Ajuste ao valor justo	2.514	1.671	4.185
Saldo contábil final	37.701	6.646	44.347

(i) Contrato de permuta de imóveis Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte

A Associação assinou em dezembro de 2020 contrato particular de promessa de permuta de imóveis com a parte relacionada Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte. A diferença entre os valores de mercado dos imóveis permutados gerou um valor a pagar pela PROVIDENS de R$ 1.061 (Nota 14). Em e agosto de 2022 foi firmado termo aditivo ao contrato particular de promessa de permuta de imóveis. Pelo aditivo foram revisados os valores dos imóveis permutados e foram dados em permuta pela PROVIDENS mais dois imóveis para amortização do débito, sendo um classificado como ativo imobilizado (Nota 10) e outro como Propriedade para investimento. A seguir detalhamento dos valores:

DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

	2022
Valor a pagar diferença permuta assinada em 2020 (Nota 14)	1.061
Revisão dos valores de mercado dos imóveis permutados originalmente	887
Valor de mercado da Propriedade para investimento incluída na permuta	(641)
Valor de mercado do Ativo imobilizado incluído na permuta	(483)
Saldo a pagar Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte (Nota 14)	824

	2022
Valores amortizados no saldo a pagar da permuta	237
Valor contábil da propriedade para investimento permutada	(684)
Valor contábil do ativo imobilizado permutado (Nota 10)	(1.435)
	(2.119)
Resultado da operação (Nota 19)	(1.882)

(ii) Empreendimento imobiliário

A Associação assinou em 18 de fevereiro de 2022 a escritura pública de compra e venda de imóveis para realização de empreendimento imobiliário no valor de R$ 14.428. Pela venda do imóvel receberá em pagamento 05 apartamentos e uma unidade comercial. A seguir detalhamento dos valores envolvidos na operação.

	2022
Adição em propriedade para investimento das unidades imobiliárias	14.428
Baixa do terreno mantido como propriedade para investimento	(13.556)
Resultado na venda de propriedade para investimento (Nota 20)	872

DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

10 Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Veículos, Aparelhos Equipamentos e outros	Total
Em 31 de dezembro de 2021						
Saldo inicial	13.990	9.531	2.069	130	173	25.893
Aquisições				10	29	39
Doações (Nota 16)				2	6	8
Aquisições de convênio (Nota 13)				50	49	99
Transferência				2	(2)	
Baixas				(2)	(1)	(3)
Depreciação		(460)	(119)	(34)	(55)	(668)
Saldo contábil, líquido	13.990	9.071	1.950	158	199	25.368
Em 31 de dezembro de 2021						
Custo	13.990	10.905	2.382	894	860	29.031
Depreciação acumulada		(1.834)	(432)	(736)	(661)	(3.663)
Saldo contábil, líquido	13.990	9.071	1.950	158	199	25.368
Em 31 de dezembro de 2022						
Saldo inicial	13.990	9.071	1.950	158	199	25.368
Aquisições				11	196	207
Aquisições de convênio (Nota 13)				40	96	136
Baixas				(1)		(1)
Baixas (Nota 9, "i")	(850)	(585)				(1.435)
Depreciação		(510)	(119)	(32)	(77)	(738)
Saldo contábil, líquido	13.140	7.976	1.831	176	414	23.537
Em 31 de dezembro de 2022						
Custo	13.140	10.236	2.382	947	1.094	27.799
Depreciação acumulada		(2.260)	(551)	(771)	(680)	(4.262)
Saldo contábil, líquido	13.140	7.976	1.831	176	414	23.537

DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

Os bens adquiridos com recursos de convênio para os quais a Associação permanece substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são reconhecidos como um ativo imobilizado. Tais bens estão sujeitos a restrição, podendo somente ser utilizado na execução dos projetos a que se vinculam, sendo que em alguns contratos, ao final do projeto, os bens devem ser devolvidos a entidade conveniente (Nota 13).

11 Obrigações fiscais e trabalhistas

	2022	2021
Provisão de férias e encargos	557	454
Salários a pagar	253	192
FGTS a recolher	53	42
Outros	79	61
	942	749

12 Convênios e parcerias

A Associação mantém convênios e parcerias com diversas entidades públicas e privadas, visando a realização de projetos sociais, dentro de seus objetivos institucionais. Tendo em vista a obrigação da Associação de utilização dos recursos exclusivamente para alcançar o objeto dos convênios e parcerias e a obrigatoriedade de prestação de contas, a Associação registra todas as entradas de recursos destinados à execução desses instrumentos em contas individuais do ativo e do passivo, demonstradas no balanço patrimonial nas rubricas "Caixa e equivalentes de caixa" , "Aplicações financeiras" e "Convênios e parcerias".

Os gastos com recursos de convênios e parcerias, de acordo com sua natureza, são ativados ou registrados em contrapartida do resultado, observando o princípio da competência e os critérios de reconhecimento. A conta patrimonial de convênio no passivo é baixada em contrapartida do reconhecimento da respectiva receita, na medida em que os gastos correspondentes são reconhecidos no resultado ou, no caso de gastos ativados, em contrapartida de receita diferida no passivo (Nota 13).

Os saldos registrados nesta rubrica referem-se a recursos obtidos ainda não utilizados ou pendentes de prestações de contas, cujos valores permanecem disponíveis nos saldos bancários até a efetiva realização. Por determinação dos instrumentos, enquanto não utilizados, os recursos disponíveis devem ser mantidos em aplicações financeiras, os rendimentos são acrescidos a conta do passivo e utilizados no objeto do convênio.

Os principais convênios e parcerias a executar em 31 de dezembro são:

	2022	2021
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	4.425	2.000
Secretaria Estadual de Direitos Humanos Participação Social e Cidadania	106	401
Sociedade Mineira de Cultura (Nota 14)	172	172
Outros	71	271
	4.774	2.844

DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

A movimentação dos convênios e parcerias pode ser assim resumida:

	2021	Entradas	Saídas	Devolução	2022
Entidades Públicas					
Órgãos públicos estaduais	548	536	(941)		143
Órgãos públicos municipais	2.000	7.610	(5.094)	(91)	4.425
Entidades privadas	296	368	(458)		206
	2.844	8.514	(6.493)	(91)	4.774

	2020	Entradas	Saídas	Devolução	2021
Entidades Públicas					
Órgãos públicos estaduais	456	178	(86)		548
Órgãos públicos municipais	58	6.327	(4.364)	(21)	2.000
Entidades privadas	428	323	(455)		296
	942	6.828	(4.905)	(21)	2.844

Os impactos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado, oriundos da execução desses convênios durante o período até 31 de dezembro estão evidenciados abaixo:

	2022	2021
Resultado		
Receita líquida	6.381	4.822
Custo dos serviços de assistência social gratuitos	(6.363)	(4.807)
Despesas financeiras	(18)	(15)
	(6.381)	(4.822)
Patrimonial		
Imobilizado (Nota 10)	136	99
Depreciação e amortização (Nota 13)	(24)	(16)
	112	83

13 Receita diferida

Reflete o registro de doações patrimoniais e aquisição de bens com recursos de convênio, cujos critérios de reconhecimento da receita, em conformidade com o CPC 07 - "Subvenção e Assistência Governamentais", ainda não foram atendidas. Na medida em que os respectivos bens são depreciados, a conta de "Receita diferida" é baixada em contrapartida da "Receita de atividades de assistência social".

DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

A movimentação durante o período até 31 de dezembro pode ser assim resumida:

	2022	2021
Saldo inicial	5.557	5.736
Diferimento de imobilizado vinculado a convênio (Nota 10)	136	99
Diferimento de doações (Nota 16)		8
Realização receita diferida de bens recebidos em doação (Nota 16)	(222)	(270)
Realização receita diferida de bens de convênios (Nota 12)	(24)	(16)
Baixa de bens	(16)	
Saldo final	5.431	5.557
Circulante	246	232
Não circulante	5.185	5.325
	5.431	5.557

14 Partes relacionadas

(a) Saldos com entidades afins

	Mitra Arquidioc. de BH	Sociedade Mineira de Cultura	Total 2022	Total 2021
Passivo circulante				
Convênios e parcerias		172	172	172
Passivo não circulante				
Partes relacionadas (i)	824		824	1.061
Resultado				
Doações (Nota 16)	1.536	1.500	3.036	2.326
Custo dos serviços sociais gratuitos				(57)
Outras receitas (Nota 20)	257	195	452	172
Superávit com partes relacionadas	1.793	1.695	3.488	2.441

(i) Valor a pagar referente a permuta de imóveis com a Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte (nota 9, "i").

(b) Remuneração de dirigentes

Os membros da estrutura administrativa da Associação constituída pela Assembleia Geral, Conselho Diretor e Conselho Fiscal não são remunerados nem recebem qualquer vantagem ou benefício por qualquer forma, não havendo qualquer distribuição de resultados, patrimônio ou renda.

DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

15 Patrimônio líquido

(a) Patrimônio social

O Patrimônio social inicial da Associação foi constituído por bens, além de contribuições e doações. A cada exercício social os superávits (déficits) são incorporados ao referido patrimônio, em conformidade com o artigo 14, incisos I e II da Lei 5.172/66.

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

Reflete o efeito dos ajustes de bens do imobilizado ao custo atribuído (*deemed cost*). Na medida em que os bens objeto de atribuição de novo valor forem depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida do resultado, os respectivos valores são, simultaneamente, transferidos da conta Ajustes de Avaliação Patrimonial para a conta de Patrimônio Social.

Contempla também o aumento inicial, resultante da avaliação pelo valor justo, de imóvel anteriormente ocupado pela entidade e transferido para propriedades para investimento. Na medida em que ocorre a redução do valor recuperável da respectiva propriedade para investimento em contrapartida do resultado, a conta de ajuste de avaliação patrimonial e reduzida na mesma proporção em contrapartida da conta de Patrimônio social.

16 Doações recebidas

A Associação recebe doações que são aplicadas nas finalidades para a qual se destinam, de acordo com os objetivos institucionais.

Não foram estabelecidas restrições ou vinculação por parte dos doadores em relação as doações recebidas para custeio e patrimoniais.

A movimentação das doações durante o período até 31 de dezembro pode ser assim resumida:

	2022	2021
Patrimoniais		
Propriedade para investimento (Nota 9)		159
Bens do imobilizado (Nota 10)		8
Resultado		
Doações para custeio Mitra Arquidiocesana de B.Hte. (Nota 14)	1.536	1.026
Doações para custeio Sociedade Mineira de Cultura (Nota 14)	1.500	1.300
Doações particulares para custeio reconhecidas como receita	735	738
Receita apropriada de bens recebidos em doação (Nota 13)	222	270
Receita de doações	3.993	3.334

DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

17 Programas sociais – gratuidades

A Associação atua na área de assistência social através de programas de apoio às obras sociais da Arquidiocese de Belo Horizonte. Os atendimentos realizados nos programas têm como público alvo a família, idosos, crianças, adolescentes, moradores de rua, entre outros. São integralmente gratuitos, sem qualquer distinção de clientela, obedecendo ao princípio da universalidade do atendimento.

No exercício de 2022 os custos e despesas com os serviços sociais gratuitos com recursos gerados pela Associação totalizaram R$ 7.362 (2021 – R$ 3.750).

A Associação mantém convênios e parcerias com diversas entidades visando a realização dos programas sociais, dentro de seus objetivos institucionais (Nota 12). No exercício de 2022, além de recursos gerados pela Associação, foi aplicado com recursos de convênios e parcerias o montante de R$ 6.381 (2021 – R$ 4.822) na manutenção de programas sociais integralmente gratuitos.

O resumo dos programas encontra-se evidenciado a seguir:

DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

					(Não auditada)
		2022		2021	
Programa	**Síntese das ações desenvolvidas**	**Beneficiados (i)**	**Atendimentos (ii)**	**Beneficiados (i)**	**Atendimentos (ii)**
Presença solidária da Igreja	Assessorar na organização de grupos de "Sem-Casa", fortalecendo a espiritualidade nas atividades desenvolvidas pelo programa. Formação e capacitação de lideranças dos grupos. Assessorar entidades afins como intuito de buscar alternativas habitacionais, considerando a realidade local e apoiar mobilizações para eventos sociais ligados à linha da Ação de Habitação.	2.788	14.894	2.284	13.739
Acolhida Solidária	Acolhida, e encaminhamentos a rede socioassistencial e paroquial.	1.860	16.155	729	33.535
Pastoral de Rua	Atendimento social, discussão em torno dos direitos e encaminhamento.	2.254	15.778	11.509	231.155
Casa de Apoio - Pós-alta	Atendimento social, fisioterapia, controle da medicação, alimentação, adesão ao tratamento, vestuário e cuidados diários.	61	283.241	64	299.805
Família Acolhedora	Atendimentos realizados às crianças, adolescentes e famílias candidatas e ao programa. Contatos, articulação, reunião, discussão de caso com os atores envolvidos como VIJ, CRAS, Centro de Saúde, CREAS, Escola, Ongs dentre outros.	149	6.084	128	6.646
Casa Santa Zita	Instituição de longa permanência para idosos que visa a proteção a terceira idade, especialmente de idosas, assegurando os direitos referente a moradia, vida, saúde, alimentação, esporte, lazer e cultura.	17	177.856	22	191.955
Projeto Providência	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de crianças de 6 a 14 anos – Os beneficiados recebem acompanhamento psicopedagógico, escolar, participam de oficinas de socialização e esporte, recebem ainda alimentação e transporte gratuitos. O Projeto oferece também cursos profissionalizantes para jovens e adultos e programas para o desenvolvimento do protagonismo dos jovens das comunidades atendidas.	1.840	209.800	1.840	108.216
Casa do Migrante	Acolhimento temporário para migrantes e refugiados.			19	1.596
Convivium São José	O Convivium São José atende adolescentes e famílias na comunidade de Justinópolis em Ribeirão das Neves. Oferecendo diversas formações.	406	3.748	415	3.944
Casa de Francisco	Unidade de educação ambiental na região da Ocupação Rosa Leão, Isidoro e Cristina.	1.330	1.330	1.789	3.383
Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM)	Centro Integrado de Atendimento à Mulher - CIAM. Atendimento à mulheres em situação de rua do município de Belo Horizonte.			121	16.933
Acolher para bem viver	Acolhida e atendimento psicossocial a pessoas em situação de rua, bem como encaminhamentos para serviços da rede, afim de superar as situações de vulnerabilidade social.	128	6.513		
Relacionamento / Formação e Comunicação	Realização e participação em eventos, seminários, livres e reuniões da instituição e com parceiros. Realização de contatos e relacionamento com parceiros e equipe. Mobilização social.	7.980	7.980		
		18.813	743.379	18.920	910.907

(i) Número de indivíduos beneficiados pelos programas, independentemente da quantidade de atendimentos que a pessoa recebeu.
(ii) Soma dos atendimentos prestados a cada beneficiado.

DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

18 Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Associação é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas em andamento, e está discutindo essas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos. A Associação apresenta os seguintes passivos decorrentes de processos com expectativa de perdas prováveis e respectivos depósitos judiciais, quando aplicáveis:

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2022	2021	2022	2021
Trabalhistas		4	17	
Cível			538	511
		4	555	511

A movimentação dos saldos de contingências segue demonstrada abaixo:

	2022	2021
Saldo inicial	511	455
Provisões constituídas	44	94
Pagamentos		(38)
Saldo final	555	511

(a) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Associação possui ações de natureza tributária, trabalhista e cíveis, classificados pela administração como possíveis de se obter êxito com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para os quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Depósitos judiciais		Contingências possíveis (não provisionadas)	
	2022	2021	2022	2021
Trabalhistas				
Cível (i)			146.061	133.803
Tributários	237	172	2.712	4.622
	237	172	148.773	138.425

(i) Em 15 de dezembro de 2009 foi ajuizada Ação Civil Pública pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, onde a PROVIDENS é ré juntamente com outras instituições e pessoas físicas. O objeto da ação decorre de convênio firmado entre a Ação Social Arquidiocesana – ASA, entidade incorporada pela PROVIDENS em 2007, e o Município de Belo Horizonte para construção de casas populares no denominado Conjunto Jatobá e reforma do Conjunto Minas Solidária, ambas as obras nesta Capital. O valor atribuído à ação de R$ 145.378 (2021 – R$ 133.803) corresponde ao que se pretende ver ressarcido aos cofres públicos. A administração classifica a ação com expectativa de perda possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos e, portanto, não constituiu provisão para perda.

DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

19 Despesas por natureza

	2022	2021
Custos e despesas com pessoal	7.657	5.716
Permuta de imóveis (Nota 9, "i")	1.882	
Serviços de terceiros	890	583
Depreciação e amortização	738	671
Materiais	525	387
Serviços públicos	404	343
Manutenção e conservação	352	150
Lanches e alimentação	405	143
Demais despesas	856	549
	13.709	8.542
Custo dos serviços de assistência social gratuitos	9.316	6.839
Despesas gerais e administrativas	2.468	1.609
Outras despesas operacionais	1.925	94
	13.709	8.542

20 Outras receitas operacionais

	2022	2021
Resultado na venda de propriedade para investimento (Nota 9, "ii")	872	
Reembolso despesas Vicariato Epis. para Ação Social e Política (i)	257	162
Reembolso despesas Colégio Santa Maria Minas (ii)	195	10
Receita de aluguel de imóveis	70	60
Resultado na venda de veículos do ativo imobilizado	98	11
Recuperação de pequenas despesas	2	8
	1.494	251

(i) Reembolso efetuado pelo Vicariato Episcopal para Ação Social e Politicas referente a gastos comuns de utilização de espaço físico compartilhado, tais como pessoal de limpeza, portaria, telefonia, água e energia.

(ii) Reembolso efetuado pela Sociedade Mineira de Cultura de gastos com energia elétrica, água, pessoal de limpeza, portaria, segurança e outros em função do uso compartilhado das instalações da unidade Projeto Providência pelo Colégio Santa Maria Minas.

DocuSign Envelope ID: D247F980-9A80-4785-ACAB-6EEB75A70838

21 Receitas e despesas financeiras

	2022	2021
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	86	20
Outros	1	1
	87	21
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(31)	(30)
Outros	(3)	
	(34)	(30)
Resultado financeiro	53	(9)

22 Seguros (não auditada)

As coberturas foram contratadas pela administração considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e visa cobrir eventuais sinistros no imóvel de sua sede e da casa de apoio, onde desenvolve suas principais atividades. A Associação adota o Seguro Patrimonial Compreensivo (*Property*), que garante indenização contra incêndio, raios, explosão, danos elétricos, vendavais e alagamento, dentre outras coberturas secundárias. Foram contratados também seguros para todos os veículos de sua propriedade. Não há histórico de sinistro envolvendo suas operações e bens.

Em 31 de dezembro de 2022 o valor referente à cobertura de seguros corresponde a R$ 15.796 (2021 - R$ 15.283).

* * *

WALMOR OLIVEIRA DE AZEVEDO:18163980630 Assinado de forma digital por WALMOR OLIVEIRA DE AZEVEDO:18163980630 Dados: 2023.04.27 15:18:03 -03'00'

DOM WALMOR OLIVEIRA DE AZEVEDO
Presidente

EVELTER SILVA MOREIRA:81277059691 Assinado de forma digital por EVELTER SILVA MOREIRA:81277059691 Dados: 2023.04.24 13:36:26 -03'00'

EVELTER SILVA MOREIRA
Contador CRC–MG-064866/0-7